

ESTADO DE SANTA CATARINÁ



MENSAGEM

do Governador em exercício,

dr. JOSÉ BOABAID,

à ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

1949

003.02

Governador

em

1949

ESTADO DE SANTA CATARINA



MENSAGEM

APRESENTADA À ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 19 DE ABRIL
DE 1949, PELO GOVERNADOR
EM EXERCÍCIO, DR. JOSÉ
BOABAID



INTRODUÇÃO

Senhor Presidente:

Senhores Deputados:

Honra-me sobremaneira esta oportunidade que o imperativo constitucional me ensejou de vir à presença de Vossas Excelências para, de viva voz, apresentar o relato sucinto das atividades do Estado, no exercício de 1948.

E faço-o como Presidente desta Assembléia, na Chefia do Executivo Estadual, que assumi em 4 de junho do ano passado, na ausência temporária do Governador Aderbal Ramos da Silva.

Assumindo a chefia do Executivo, quando o ano já ia a meio, dei quanto de mim era possível, em desvêlo e dedicação à causa pública e aos interesses da coletividade catarinense, visando não quebrar o ritmo de uma administração que recebera, em momento difícil para a economia estadual, mas programada com inteligência e orientada com zêlo e patriotismo.

Muitas foram as dificuldades e os problemas que se antepuseram ao meu govêrno, para a solução dos quais a cooperação e o discernimento do Legislativo, muita vez, se fizeram fator decisivo.

Causas graves e extraordinárias prejudicaram e assolaram umas e devastaram outras as fontes da riqueza e as fôrças vivas da produção estadual. Nestas condições estão as grandes enchentes que destruíram estradas e obras de arte em vários municípios, a catástrofe de Valinhos, a praga de gafanhotos, a péste suína — a ameaçar de extermínio o nosso grande rebanho, obrigando o Govêrno a socorrer com créditos especiais onde e quando se fez mister levá-los a sanar as dificuldades decorrentes; e além dessas a paralisação da exportação da madeira durante mais de um quadrimestre, em virtude do fechamento do mercado platino, com os seus reflexos imediatos e ruinosos sôbre a receita pública.

Porisso, por estar convencido de que atravessávamos, como ainda atravessamos, um período a exigir cuidados especiais dos governantes, é que determinamos medidas de absoluta compressão de despesas e outras de fiscalização, visando a melhoria da receita, que possibilitaram, não obstante todos os contratemplos, o encerramento do exercício com saldo disponível e excesso de arrecadação.

Assinalo esta circunstância com grata satisfação pois que pôde, assim, Santa Catarina, ainda uma vez, encerrar as suas contas com saldos favoráveis, o que sem dúvida, não constitui, no momento, regra entre os Estados da Federação.

A atualidade catarinense constitui expressivo índice da firmeza com que vem sendo alimentadas as fontes econômicas do Estado.

A população catarinense compreende o momento conturbado que o mundo atravessa e evidencia no ambiente de trabalho em que se agita e movimenta pacificamente o desejo de servir a Santa Catarina e ao imperativo da sua grandeza.

Todos os elementos da economia catarinense receberam poderosos estímulos. Os serviços públicos se desenvolvem no sentido da perfeição desejada. A série de realizações em todos os setores da administração aponta de si mesma a orientação do Govêrno.

Novos problemas fundamentais do Estado estão sendo enfrentados com o propósito de lhes dar solução oportuna e adequada.

E, neste passo, sem esquecer a contribuição valiosa que sempre me foi dada pelos órgãos da administração estadual, em todos os setores, é dever de justiça ressaltar a atuação desta colenda Assembléia que, cônica da sua alta tarefa e das suas indeclináveis prerrogativas, se houve sempre com inexcedível zêlo no cumprimento da sua destinação constitucional.

E lhe estão a atestar aquela acendrada atividade legiferante, entre outras do período legislativo passado, a Orgânica dos Municípios, o Estatuto dos Funcionários Públicos e a que fixou a divisão administrativa e judiciária do Estado.

* * *

A tarefa do Governante, árdua como sempre foi, tem nos tempos atuais a estimular-lhe as asperezas o desassossêgo generalizado dos povos cujos anelos por menos propalados, não os comportaria qualquer programa.

Faz-se preciso o esforço conjugado dos poderes para enfrentar os embaraços da atualidade e manter em toda a sua plenitude os postulados democráticos vigentes. “A VV. Excelências que constituem o poder Legislativo cabe o zêlo mais esmerado no exercício da sua função, porque é pelo Parlamento que se medem as seguranças e a eficiência da democracia”. É através dos influxos poderosos da ação e das palavras dos seus membros, luminosos de fé e confiança nos destinos dos povos democráticos que conseguiremos ver florescente o regime.

Nunca a luta pela vida foi mais árdua do que nos dias atuais. Nunca as incertezas do futuro exigiram maiores credenciais do que presentemente.

O Govêrno que corajosamente preside os destinos da Nação, traçou, no horizonte da Pátria, uma jornada decisiva para o futuro da democracia.

Para esta caminhada, é necessário fundir todas as energias da nossa vocação pacifista que sempre aflorou do fundo da nacionalidade, para uma só energia de construção para a celebração do nosso culto de justiça e amor à liberdade, clima fecundo para sua evolução.

Torna-se preciso uma política fundada no ideal da felicidade comum que só é possível pela educação do povo no regime democrático, demonstrando as inúmeras vantagens do seu arcabouço e provando, com a evidência dos argumentos irrefutáveis, ser êsse o único regime que se concilia com os princípios da felicidade dos povos.

A ele caberá o trabalho de reconstrução do mundo, preparando as gerações para a era da paz.

Os governos democráticos e os povos por eles regidos, continuam a ser os representantes e os defensores de todas as conquistas da civilização.

Na posição de dirigente transitório dos superiores interesses da gente catarinense, procuro ser apenas o reflexo dos sentimentos e tendências do povo barriga-verde, em cuja realidade se me deparam “as solicitações para um trabalho infatigável e em cujas tradições, tão nítidas, encontro um passado cheio de sentido e de afirmações”.

Ao finalizar, cumpro o grato dever de expressar aqui o meu mais vivo reconhecimento pela manifestação de solidariedade de VV. Excelências investindo-me mais uma vez na elevada função de Presidente da Assembléia e, consequentemente, por força de preceito constitucional, na chefia do Poder Executivo Estadual.

Sempre encontrarão no Govêrno do Estado acatamento e aplausos à sabedoria das suas decisões.

Saudando efusivamente os nobres representantes do povo catarinense, faço votos, os mais altos e melhores, no sentido de que a nova caminhada que Vossas Excelências vão encetar, continue a inspirar o elevado propósito de bem servir a terra catarinense.

EDUCAÇÃO POPULAR

O Governo do Estado, em 1948, continuou com carinho especial, o programa traçado para a educação popular em Santa Catarina.

Faltam elementos de outros Estados, relativos a 1948, que possibilitem um confronto entre a situação de Santa Catarina e a das outras unidades federadas.

A divulgação, referente a 1947, do Serviço de Estatística do Ministério da Educação, torna possível uma visão de quanto se tem feito em Santa Catarina neste setor da administração pública.

Vê-se que Santa Catarina ocupava, naquele ano, o **primeiro lugar** no Brasil, encarando-se a situação do ponto de vista dos efetivos demográficos servidos por assistência educacional.

Havia, em 1947, uma escola primária para cada grupo de 436 habitantes, e seguia-se o Rio Grande do Sul, com 522 habitantes por cada escola, e o Espírito Santo, com 700 habitantes.

Tudo leva a acreditar que, em 1949, se continue a manter o mesmo lugar privilegiado no concerto das outras unidades políticas da federação.

O quadro geral das unidades escolares encarregadas de ministrar o ensino primário no Estado pode ser apreciado abaixo:

1 — Unidades Escolares

1944/1948

ANOS	UNIDADES ESCOLARES								
	Estadual	4	Municipal	4	Particular	4	Em geral	4	
1944	1.234	—	1.101	—	94	—	2.429	—	
1945	1.377	143	1.176	75	96	2	2.649	220	
1946	1.581	204	1.093	83	97	1	2.771	122	
1947	1.756	175	1.214	121	103	6	3.073	302	
1948	1.911	155	1.277	83	115	12	3.303	230	

(1) Computadas só as unidades que chegaram ao término de cada ano letivo.

A observação dos números acima permite afirmar que houve de 1947 para 1948 um acréscimo de 230 unidades escolares, distribuídas entre os Poderes Estadual e Municipal, e entidades particulares, respectivamente: 155,83 e 12.

Os resultados da política educacional catarinense são perfeitamente observados ao estudarmos a matrícula efetiva, a frequência média e o aproveitamento geral:

2 — Ensino Geral do Estado

1944/1948

ANOS	MATR. EFETIVA		FREQ. MÉDIA		APROVEITAMENTO	
	Absoluto	Índice	Absoluto	Índice	Absoluto	Índice
1944	131.313	100	115.714	100	73.403	100
1945	139.840	106	124.681	107	79.381	108
1946	145.767	111	128.728	111	82.512	112
1947	157.224	119	135.829	117	84.993	115
1948	173.744	132	150.966	130	94.916	129

Como matrícula efetiva compreendem-se os alunos que chegaram ao fim do ano letivo; a frequência média encontra-se dividindo o total de comparecimentos pelo número de dias letivos; o aproveitamento geral é igual às promoções verificadas mais as conclusões de curso.

Dessa forma tivemos em 1948 um total de 173.744 alunos efetivamente matriculados nas escolas primárias do Estado, alunos êsses que tiveram uma frequência média anual de 150.966 e que apresentaram um aproveitamento de 94.916.

Será interessante confrontar a matrícula efetiva com a geral.

Aquela como já se frisou, é o número dos que se encontravam matriculados ao fim do ano letivo; esta, aqueles que se matricularam no início e em todo o decorrer do ano.

Mostram-nos, êsses números, a evasão anual dos alunos que, pelas mais diversas razões, não continuaram a frequentar os bancos escolares:

3 — Matrícula geral e efetiva

1944/1948

ANOS	MATRÍCULA		Diferença entre matr. geral e efetiva	N. Índice
	Geral	Efetiva		
1944	153.841	131.313	22.528	100
1945	158.545	139.840	18.705	83
1946	167.458	145.767	21.691	96
1947	186.292	157.224	29.068	129
1948	188.014	173.744	14.270	63

A frequência média é outro elemento de importância na observação do aproveitamento da escola.

Os números abaixo apresentam-nos a situação em 1948:

4 — Frequência Média

1944/1948

A N O S	FREQUÊNCIA MÉDIA	
	Absoluta	N. Índice
1944	115.714	100
1945	124.681	107
1946	128.728	111
1947	135.829	117
1948	150.966	130

Já esclarecemos que sob o título de aproveitamento geral incluem-se as promoções mais as conclusões de curso.

Os resultados exprimem, pois, o rendimento das escolas.

Inspeção conscienciosa, a cargo dos Inspectores Escolares e Auxiliares de Inspeção, adoção de métodos mais racionais e consentâneos à real capacidade do aluno, levando em consideração as condições ambientais, podem justificar o crescimento acelerado verificado nos últimos anos na curva do aproveitamento.

**5 — Aproveitamento Geral
1944/1948**

MOVIMENTO		
A N O S	PROMOÇÃO + CONCLUSÃO	
	Absoluto	Índice
1944	73.403	100
1945	79.381	108
1946	82.512	112
1947	84.993	115
1948	94.916	129

GRUPOS ESCOLARES

Grande percentagem dos alunos das escolas primárias do Estado frequentam os Grupos Escolares.

O número desses educandários vem crescendo de ano para ano, como podemos observar na tabela seguinte:

**Grupos Escolares
1944/1948**

A N O S	N. de grupos escolares	Índice
1944	71	100
1945	73	102
1946	74	104
1947	86	121
1948	90	126

A importância dos Grupos Escolares, na educação das zonas de maior concentração de população pode ser observada quando comparamos seu movimento com o movimento geral do ensino primário do Estado.

**7 — Movimento comparativo do Ensino Primário Geral com os
Grupos Escolares
1944/1948**

A N O S	MATRÍCULA EFETIVA		APROVEITAMENTO	
	Total do Estado	Nos Grupos Escolares	Total do Estado	Nos Grupos Escolares
1944	131.313	22.956	73.403	15.222
1945	139.840	23.798	79.381	15.444
1946	145.767	23.881	82.512	15.693
1947	157.224	28.263	84.993	18.538
1948	173.744	29.737	94.916	19.709

Secretaria da Justiça
Arquivo Público do Estado
ENSINO SEMI-ESPECIALIZADO
Instituto de Educação e Escolas Normais

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E ESCOLAS NORMAIS	Designação e localização	Cursos	D A D O S N U M É R I C O S										
			M A T R I C U L A				P r o m o ç ã o						
			1 9 4 7		1 9 4 8		1 9 4 7		1 9 4 8				
			Inicial	Efetiva	Inicial	Efetiva	Inicial	Efetiva	Inicial	Efetiva			
a) Estaduais													
	Instituto de Educação Dias Velho, de Fpolis.	Ginásial Normal	354	323	411	391	166	182					
	Escola Normal Vidal Ramos, de Lajes	Ginásial Normal	149	130	189	158	95	38					
	Escola Normal Pedro II, de Blumenau	Ginásial Normal	85	86	173	164	51	74					
			—	—	4	5	—	4					
b) Particulares													
	Escola Normal Coração de Jesus, de Fpolis.	Ginásial Normal	453	453	439	427	352	314					
	Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, de Canoinhas .	Ginásial Normal	101	100	88	85	91	75					
	Escola Normal Santos Anjos, de Pôrto União	Ginásial Normal	65	63	93	84	50	71					
	Escola Normal Maria Auxiliadora, de Rio do Sul	Ginásial Normal	27	27	21	21	27	21					
	Escola Normal São José, de Tubarão	Ginásial Normal	160	151	139	134	127	121					
	Escola Normal São Vicente de Paula, de Joinville	Ginásial Normal	37	35	44	42	35	29					
	Escola Normal São José, de Itajaí	Ginásial Normal	119	106	125	127	87	118					
			7	7	11	11	7	11					
			81	79	40	39	66	24					
			36	36	35	35	36	33					
			98	91	100	95	87	86					
			21	21	27	25	20	25					
			56	54	81	74	51	66					
			—	—	—	—	—	—					
	TOTAL		1.620	1.536	1.790	1.693	1.132	1.094					
	G E R A L		363	355	335	327	341	282					
			1.933	1.891	2.125	2.020	1.473	1.376					

Observações: No curso ginásial, inclui-se o movimento do curso fundamental.

CURSOS NORMAIS REGIONAIS

a) Estaduais

N. de ordem	P A T R O N O	LOCALIDADE	MATRÍCULA				FREQUÊNCIA MÉDIA		PROMOÇÃO	
			1 9 4 7		1 9 4 8		1 9 4 7	1 9 4 8	1 9 4 7	1 9 4 8
			Inicial	Final	Inicial	Final				
1	Sérgio Lopes Falcão	Araranguá	99	91	75	75	80	63	55	51
2	Carmen Linhares Colônia	Biguaçu	48	42	52	47	39	46	9	16
3	Luiz Augusto Crespo	Brusque	44	42	111	96	36	91	36	61
4	Esteves Júnior	Caçador	33	24	46	41	24	39	17	34
5	Silvio Pélico de Silva Noronha	Canoinhas	91	79	89	76	82	78	58	67
6	Adolfo Mello	Concórdia	36	30	28	24	31	21	26	24
7	Nicolau Pederneras	Crescuma	71	66	101	102	67	97	64	96
8	Egídio Abade Ferreira	Curitibanos	30	26	30	27	24	24	15	22
9	Haroldo Calado	Estreito-Fpolis.	64	61	103	101	58	96	43	81
10	Alvaro de Sousa	Joinville	19	14	39	34	13	34	13	32
11	Professor Varela Júnior	Laguna	106	122	140	134	118	130	79	83
12	Cónego Joaquim Eloi de Medeiros	Maíra	50	39	45	41	40	37	17	40
13	Duarte Schutel	Palhoça	95	88	102	95	80	92	45	54
14	Ivo d'Aquino	Camb.-Palhoça	50	46	52	50	44	50	35	45
15	Marcelino Dutra	Pôrto União	57	39	44	37	43	38	24	28
16	Fausto Augusto Werner	Rio do Sul	26	32	34	34	32	33	20	30
17	Luiz Gualberto	S. Fco. do Sul	77	70	82	78	64	73	50	46
18	Maria Adolfina Sales	S. Joaquim	43	38	50	51	37	51	20	19
19	Manuel Ferreira de Mello	S. José	73	62	70	63	57	61	39	49
20	Roberto Grant	S. Bento do Sul	36	31	45	35	31	37	23	29
21	Artur Cavalcanti do Livramento	Tijucas	71	67	102	92	68	94	35	55
22	Deocleciano da Costa Dória	Tubarão	99	89	138	129	87	127	63	113
23	Prof. Francisco de Paula Oliveira Guimarães	Urussanga	55	50	77	69	47	62	41	62
24	Alvaro de Carvalho	Itajaí	—	—	68	58	—	55	—	45
25	Olimpio Adolfo de Sousa Pitanga	Orleães	—	—	62	50	—	49	—	40
26	Prof. Luiz Pacífico das Neves	Campos Novos	—	—	27	19	—	22	—	9
27	Prof. Alinor Vieira Côte	Nova Trento	—	—	22	17	—	18	—	15
	TOTAL		1.373	1.248	1.834	1.672	1.202	1.618	827	1.246

CURSOS NORMAIS REGIONAIS

b) Particulares

N. de ordem	ESTABELECIMENTO	LOCALIDADE	MATRÍCULA				FREQUENCIA MÉDIA		PROMOÇÃO	
			1947		1948		1947	1948	1947	1948
			Inicial	Final	Inicial	Final				
1	Divina Providência	Jaraguá do Sul	20	17	31	31	13	31	17	23
2	Cristo Rei	Joaçaba	44	41	54	51	38	44	40	48
3	Imaculada Conceição ..	Videira	42	41	59	56	21	38	35	52
4	Bom Pastor	Chapecó	—	—	16	13	—	14	—	13
5	S. Francisco de Assis ..	Joinville	—	—	24	17	—	15	—	16
T O T A L			106	99	184	168	72	142	92	152

ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA

Funcionaram no ano letivo de 1948 os cursos de corte e costura, bordados e rendas, flores e chapéus.

O movimento escolar foi o seguinte:

Matrícula inicial	120
Matrícula final	120

Concluíram o curso 35 alunas

A matrícula segundo os cursos, é a registada a seguir:

Bordados e rendas	120
Chapéus	20
Corte e costura	120
Flores	100

A lei n. 235, de 10 de dezembro de 1948, reorganizou a Escola Profissional Feminina, alargando-lhe as possibilidades de dar à mulher conhecimentos técnicos profissionais.

ACADEMIA DE COMÉRCIO DE SANTA CATARINA

Funcionaram, em 1948, os seguintes cursos:

- a) Comercial Básico, em quatro anos;
- b) Técnico de Contabilidade, em três anos;
- c) Superior de Ciências Económicas, em quatro anos.

A matrícula geral foi de 347 alunos, assim distribuídos:

Curso Comercial Básico	126 alunos
Técnico de Contabilidade	173 alunos
Superior de Ciências Económicas	48 alunos